

Um novo equilíbrio global

Após o fim da Primeira Guerra Mundial houve a **Conferência de Paz** em Paris (**janeiro de 1919**), na qual participaram a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, em que se acordaram diversos tratados de paz, como o **Tratado de Versalhes** que impôs à Alemanha o pagamento de indenizações pela guerra, a perda de todas as colônias, a cedências de territórios e a redução do exército e do armamento. Devido aos acordos estabelecidos, verificaram-se efeitos políticos e efeitos económicos. Os **efeitos políticos** foram, a criação de uma nova geografia política e de uma nova ordem internacional, enquanto os **efeitos económicos** passaram pelo declínio da Europa e pela ascensão dos Estados Unidos.

A geografia política após a Primeira Guerra Mundial

Relativamente à nova geografia política, **os impérios autocráticos e imperiais desapareceram**, como o império Otomano que perdeu o domínio que tinha sobre o Médio Oriente, o império Russo que perdeu territórios, o império Austro-Húngaro que foi desmembrado e o império Alemão que sendo responsável pela guerra e devido ao Tratado de Versalhes foi obrigado a abandonar as suas colônias e territórios. Desta forma, **reajustaram-se as fronteiras**, nomeadamente da França, de Itália e da Grécia e **formaram-se novos Estados**, como a Hungria, a Áustria, a Turquia e a Finlândia.

A Sociedade das Nações e a nova ordem internacional

A **Sociedade das Nações** foi criada com o objetivo de desenvolver a cooperação entre as nações, garantindo assim a paz e a segurança, a independência territorial e a proteção das minorias nacionais. Neste contexto, os países fundadores comprometeram-se a manter relações francas e abertas e criaram o Tribunal Permanente de Justiça Internacional para resolver as discordâncias entre os estados. Era ainda previsto o desarmamento dos estados e seriam definidas sanções para os países que não respeitassem os acordos. Com os objetivos que a constituíam, a sociedade das nações foi um instrumento de esperança para que a primeira guerra mundial não se repetisse. **Contudo, a SDN não foi eficaz**, uma vez que a nova ordem internacional estabelecida era ameaçada pelos próprios países da SDN, que não tinha capacidade para manter a ordem entre os Estados. Assim, **a paz entre os países não foi totalmente estabelecida**, pois os **países vencidos sentiram-se humilhados** e os acordos elaborados pelos países vencedores foram-lhes simplesmente impostos sem qualquer oportunidade de reformulação. Para além disso, **alguns países ficaram descontentes com a distribuição do dinheiro** relativo às reparações da guerra, começaram a surgir novamente **rivalidades hegemónicas entre os países vencedores**, nomeadamente entre Inglaterra e França, e, por fim, os **EUA decidiram não integrar-se na Sociedade das Nações**.

A difícil recuperação económica da Europa

Após a guerra, a **situação económica e financeira da Europa ficou bastante abalada**. Em primeiro lugar, a guerra resultou num **número elevado de mortos**, o que reduziu a população ativa, ou seja, a mão de obra, ficando a Europa com uma elevada população envelhecida e maioritariamente feminina, o que resultou num setor produtivo insuficiente e desorganizado, isto é, na **baixa produção**. Para além disso, para financiar a guerra, foi necessário recorrer à **inflação**, com o aumento da massa monetária, o que provocou uma desvalorização monetária. Assim, a **balança comercial era deficitária** e como era necessário reconstruir a economia e ter acesso a matérias-primas, recorreu-se a empréstimos junto dos Estados Unidos, o que levou à acumulação de dívidas e, inevitavelmente, à dependência face aos Estados Unidos.

A dependência em relação aos Estados Unidos

Matéria para exame de História A 12º Ano

Em oposição à Europa, a **economia dos EUA teve resultados propícios para a sua ascensão**. Em contraste com o que se verificou nos países europeu, os EUA **não sofreram grandes perdas demográficas ou destruições**. Para além disso, durante a guerra **forneceram à Europa** alimentos, matérias-primas e armas e mesmo após a guerra acabar, continuaram a fornecer empréstimos para a reconstrução europeia, concentrando-se nos Estados Unidos uma grande parte da riqueza mundial, que se tornou o **principal centro financeiro do Mundo**. Neste contexto, os EUA eram os **principais credores da Europa**, aumentando cada vez mais a dependência europeia face à americana. Neste seguimento, para intensificar o desenvolvimento industrial e comercial, foi necessário **adotar o taylorismo**, com a racionalização do trabalho com o trabalho em cadeia e linha de montagem e, por fim, recorreram à **concentração de empresas**. Foi assim a **Era da Prosperidade Americana** caracterizada por grandes progressos tecnológicos.

A implantação do marxismo-leninismo na Rússia

A construção do modelo soviético

Na Rússia, Czar continua a **governar de forma autocrática**, com o apoio da Igreja e do Exército. Para além disso, reforçou a censura, a polícia política e reprimiu a oposição violentamente. Devido a tais medidas, **cresceu uma grande contestação social e política** e surgiram novos partidos, o Partido Constitucional Democrata, formado pela burguesia e pela nobreza liberal, o Partido Operário Social-Democrata Russo, formado por Mencheviques/Bolcheviques, marxistas que defendiam a tomada do poder pelo operariado, e os Socialistas-Revolucionários, apoiado por camponeses. Neste contexto político, no ano de 1917 a Rússia viveu **duas revoluções**.

A **Revolução de fevereiro** para além de ter motivos políticos teve também motivos económicos, nomeadamente o **atraso económico** vivido, em que a agricultura era a atividade dominante, a indústria era atrasada e a economia estava dependente de outros países. Assim, a população revoltou-se contra a política autocrática do Czar e sentiu-se crescer no país o **desejo de reformas**, a **oposição dos partidos** e a **desmoralização face às derrotas militares**. Para além disso, as más **condições económicas e sociais tinham vindo a piorar** cada vez mais, devido à participação na Primeira Guerra Mundial, que aumentou a inflação. Desta forma, a revolução de fevereiro caracterizou-se por **manifestações populares, motins e greves de operários**. Foi **liderada por soldados, pelos Sovietes de Petrogrado, por operários e pela burguesia liberal**, que exigia o **fim do regime**. A revolução resultou na **queda do czarismo**, a **Rússia tornou-se numa República**, e o **poder foi entregue a um Governo Provisório** para governar o país até às eleições. O Governo Provisório foi liderado por Lvov e, depois, por Kerensky e caracterizava-se por um modelo democrático parlamentar. Assim, decreta o estabelecimento das liberdades públicas, a amnistia para os presos políticos, as 8 horas de trabalho diário, a separação entre a Igreja e o Estado, o sufrágio universal e o voto das mulheres. **Contudo**, o **Governo Provisório mantém a Rússia na Primeira Guerra Mundial** e é apoiado pela Burguesia liberal, que tinha ganho mais poder após a queda do czarismo e que começava a sofrer contestações revolucionárias. Neste contexto, os Sovietes opunham-se ao Governo Provisório, que defendiam ainda a **distribuição de terras e o aumento de salários**. Desta forma, **Sovietes e Bolcheviques liderados por Lenine** defendiam uma revolução como forma de levar **ao poder o operariado**, de **retirar o país da guerra** e de **pôr fim ao governo provisório**.

A **Revolução de outubro** teve o principal propósito de se instaurar a ditadura do proletariado e, para tal, marinheiros revolucionários liderados por Lenine e Trotsky ocuparam lugares estratégicos na cidade e os Guardas Vermelhos assaltaram o Palácio de inverno, o que resultou na **queda do Governo Provisório** e na **passagem do**

poder para um Conselho de Comissários do Povo. O Conselho era constituído por bolcheviques e liderado por Lenine, Trotsky assume a Pasta da Guerra e Estaline assume a Pasta das Nacionalidades. **Contudo**, no mesmo ano, são realizadas eleições para a **Assembleia Constituinte**, em que os **bolcheviques perdem**.

Durante a construção da sociedade socialista, foram emitidos **quatro decretos revolucionários**. O decreto sobre a paz, para retirar a Rússia da Guerra, o decreto sobre o controlo operário, para os operários gerirem as fábricas, o decreto sobre a terra, para se eliminar a grande propriedade fundiária e se entregarem as terras aos sovietes camponeses, e, por fim, o decreto sobre as nacionalidades, para acabar com as desigualdades no país.

Em consequência, deu-se a **Guerra Civil** em 1918. Consistiu na oposição entre o Exército Branco, opositores aos bolcheviques, e o Exército Vermelho, bolcheviques e sovietes. Neste contexto, o líder do **exército vermelho implanta o comunismo de guerra** e acaba por ganhar, instalando o centralismo democrático. **Lenine** toma a decisão de **dissolver a Assembleia** e transferir todo o poder para o Congresso dos Sovietes. Para além disso, o **único partido permitido** era o Partido Comunista, formado por bolcheviques, **nacionalizou-se** as terras, as fábricas e o comércio, proibiram-se as greves e os opositores tinham de enfrentar a **polícia política e os campos de concentração**. O **centralismo democrático** consistia num sistema de sufrágio universal exercido de baixo para cima. Dominava então o Marxismo-Leninismo, que consistia no poder ser democrático e exercido pelo povo, havendo apenas um partido, que centralizava o poder. Assim, os diferentes níveis de poder eram obrigados a respeitar a hierarquia e deviam obedecer aos níveis superiores do partido.

Em 1920, a **economia russa estava em ruína**, uma vez que o sistema produtivo apresentava níveis baixos, havia muita miséria e muita fome e a política do país também não favorecia o seu desenvolvimento industrial e económico. Assim Lenine substituiu o Comunismo de guerra pela **Nova Política Económica (NEP)**, com o propósito de garantir a independência económica e repor os níveis de produção. A NEP permitiu a exploração privada das terras, os camponeses passaram a poder produzir e a vender os seus excedentes no mercado, a desnacionalização das empresas mais pequenas e o investimento estrangeiro. A Rússia conseguiu **aumentar os níveis de produtividade e modernizou-se**, conseguindo assim a **recuperação da economia**.

Mutações nos comportamentos e na cultura

As transformações da vida urbana

No século XX a **vida urbana sofreu grandes transformações**. Verificou-se um grande **crescimento das cidades**, principalmente devido à concentração de **indústrias, comércio e serviços** que atraíam a população do campo. Neste contexto, as cidades são centros de atividade poderosas, relacionadas com a política, com o comércio, com a administração, com a indústria e com os serviços públicos essenciais. Com o **crescimento populacional** a estrutura urbana teve necessariamente de mudar, ou seja, surgiram novos centros urbanos, construíram-se bairros elegantes, bairros operários e bairros degradados.

A nova sociabilidade urbana

A mudança vivida nas cidades levou inevitavelmente a uma mudança nos **padrões de vida** tradicionais. Verifica-se o **desenraizamento das pessoas**, uma vez que as grandes cidades estão cheias de pessoas que vieram de outras localidades e que assim não conhecem ninguém, dominando o anonimato e o individualismo. Desta forma, verifica-se igualmente a **desagregação das solidariedades tradicionais**, pois o individualismo vivido nas cidades leva à falta de solidariedade nas pessoas. Depois constata-se a **desumanização do trabalho**, em que o trabalho operário passou

a ser dominado pela utilização da máquina de montagem, ou seja, pelo trabalho em série que explorava fortemente o trabalhador. Para além disso, surge nas cidades **novos comportamentos**, como o **consumismo**, as maneiras semelhantes de **vestir**, as **atitudes** semelhantes e as novas maneiras de passar os tempos livres, havendo a **cultura do lazer**. Por fim, a **estrutura familiar também sofre mudanças**, pois legaliza-se o divórcio, o casamento passa a ser algo pouco estável e com o desenvolvimento de métodos contraceptivos verificou-se uma redução da natalidade.

A crise dos valores tradicionais

A Europa proporcionava prosperidade económica e social que trouxe ao povo europeu um sentimento de confiança e otimismo. Porém, quando se iniciou a primeira guerra mundial, esses mesmo sentimento deixou de existir. A guerra resultou em inúmeras mortes, em desequilíbrios sociais e na perda de poder da Europa, o que provocou nos europeus um sentimento de pessimismo e medo em relação ao futuro da Europa. O pessimismo vivido **mudou a forma de pensar das pessoas e a ciência foi posta em causa, tal como o casamento, o papel da mulher, a arte, a política democrática, o cristianismo e a lei**. Desta maneira, construiu-se um **clima de anomia social**, em que não havia regras ou normas morais.

Os movimentos feministas

Durante a primeira guerra mundial, as mulheres ganharam mais poder, pois tinham de substituir os homens enquanto estes estavam na guerra, passando a mulher a ser utilizada na indústria, que apesar de proporcionar salários muito baixos, permitiu à mulher ganhar a **independência financeira** que até aí não possuía. Apesar de a mulher ter conseguido poder financeiro, ainda não possuía **poder social ou político** e, com o fim de lutar pela **liberdade e pela igualdade de direitos**, **surgiram movimentos feministas**. Assim, as **mulheres conseguiram** ter acesso a uma maneira de vestir mais ousada, a liberdade de movimentação, frequentar locais de divertimento, o direito de voto, o acesso a profissões melhores e uma vida social mais intensa.

As novas concepções científicas e a descrença no pensamento positivista

Surgem também novas perspetivas sobre o conhecimento que retiram crença no pensamento positivista. Max Planck provou que não é possível obter-se um conhecimento exato das partículas de matéria, sendo impossível prever o que irá acontecer. Enquanto **Einstein** deu início à **teoria da relatividade**, que negava a característica absoluta do espaço e do tempo, afirmando que dependiam um do outro, eram relativos. Ambas as teorias modificaram completamente o conhecimento que se tinha até aí sobre o universo, pois passou a haver a consciência de que **a certeza era impossível**. Tornou-se assim necessário abandonar o racionalismo, a certeza positivista e adotar o relativismo e a incerteza, em que o conhecimento passou a ser subjetivo. **Freud** contrariou a ideia de que o homem apenas obedecia à razão e que era capaz de controlar todos os seus impulsos através da vontade. **Criou a psicanálise**, isto é, um método de pesquisa que incide na análise de sonhos e de pensamentos, chegando à conclusão que os **comportamentos humanos eram comandados por impulsos inconscientes**, que resultavam da história de vida, nomeadamente de recordações e de pensamentos.

As vanguardas: ruturas com os cânones das artes e da literatura

Por **influência das novas concepções científicas**, dão-se também **transformações na arte e na literatura**, época do modernismo caracterizada pelo rompimento com a arte tradicional e por levar a arte a todos os domínios da atividade humana. Já não se copia a realidade tal e qual como é, recusa-se os modelos clássicos com o ideal da Natureza e do Homem, abandonam-se os temas religiosos e históricos, dá-se mais importância à cor e a arte insere-

se nas habitações, nos espaços urbanos, nos objetos normais do dia a dia, criando assim, o design, uma estética nova. Surge então o movimento das vanguardas.

As inovações na pintura

Fauvismo: Surge em França, dá grande importância às cores intensas e brilhantes, às tonalidades contrastantes e à aplicação das cores de forma livre. Como pintores temos Matisse e Vlaminck e a cor no fauvismo servem para os artistas se exprimirem.

Expressionismo: Surge na Alemanha com o grupo Die Brücke, que era contra o conservadorismo, sendo símbolo de revolta individual. As obras eram carregadas de simplicidade e, por influência africana, de primitivismo. Para além disso, eram obras que transmitiam emoção em temas que demonstravam os dramas da sociedade, como a solidão, a morte e a miséria, denunciando assim o ambiente vivido no mundo real e os dramas que marcavam a população. De forma a transmitir a angústia vivida, muitas vezes as imagens eram deformadas, havendo uma mistura de cores intensa que contrastavam umas com as outras.

Cubismo: Surge em França com Picasso e Braque. O Cubismo utiliza a geometria, como cones, esferas e cilindros, destrói as leis da perspetiva e da representação, dando várias perspetivas do objeto que proporcionam diferentes realidades, tendo também influências da arte africana. O cubismo poder ser analítico ou sintético. O cubismo analítico dá mais ênfase aos objetos criados a partir de formas geométricas, ignora as cores e não tem ligação com a natureza. Por sua vez, o cubismo sintético evolui para uma realidade mais lógica, em que já se utilizam cores e materiais essenciais para acentuar a realidade.

Abstracionismo: Surge em Munique com Kandinsky e Mondrian. Nesta arte, os objetos desaparecem, caracterizando-se a obra de arte por linhas e cores que representam a emoção do pintor, mostrando assim o seu mundo. O abstracionismo pode ser sensível ou geométrico. O sensível consiste na obra de arte que expressa o que o pintor sente, tornando-se a obra original e com misturas de cores fortes. Por sua vez, o geométrico procura expressar uma verdade universal com a utilização de linhas retas e de cores primárias, que formam um certo equilíbrio e harmonia capazes de originar reações diferentes nas pessoas.

Futurismo: Surge em França com Marinetti, desenvolvendo depois em Itália com Balla, e caracteriza-se por não recorrer à imitação, abandonando os temas do passado e representando apenas a vida atual transformada pelas novas tecnologias. Neste contexto, dominavam temas associados à velocidade e à mudança, como cidades, luzes, máquinas e multidões que glorificavam o futuro. De forma a criar a sensação de movimento recorre à sobreposição de vários planos com a repetição de formas e de cores.

Surrealismo: Surge em França com Salvador Dalí e caracteriza-se pela expressão do inconsciente, que é considerado verdadeiramente real, opondo-se à lógica e ao raciocínio. Assim, reivindica a autonomia da imaginação, do sonho e do desejo, representando universos estranhos, objetos enigmáticos e alucinações.

Dadaísmo: Surge na Suíça com diversos intelectuais e caracteriza-se pela negação da verdade e das normas, ou seja, na negação dos conceitos de técnica artística, de forma a chocar o público. Assim, era utilizada a troça, o insulto, o sarcasmo e a ironia, como modo de destruir a ordem e estabelecer o caos.

As inovações na literatura

Matéria para exame de História A 12º Ano

Na literatura, devido ao fim da primeira guerra mundial, os temas tratados têm uma grande carga psicológica e crítica, em que os escritores transparecem o pessimismo e a miséria humana, abordando temas de crise e de guerra.

Portugal no primeiro pós-guerra

Após a primeira guerra mundial, Portugal viveu uma grande instabilidade económica, social e política, resultado da participação na guerra e da crise internacional.

As dificuldades económicas e financeiras

Quando Portugal entrou na guerra, a instabilidade económica acentuou-se e o descontentamento social aumentou bastante. A economia portuguesa dependia da agricultura, que neste caso não era desenvolvida, verificando-se no Norte do país pequenas propriedades onde não era possível haver investimentos, enquanto no Sul do país havia grandes propriedades com o solo esgotado, o que resultou numa grande escassez de bens. Para além disso, verificou-se uma queda na produção industrial que provocou um aumento no défice da balança comercial. O governo ia ficando cada vez mais com menos receitas e com mais despesas e, para resolver a situação, foi necessário multiplicar o dinheiro em circulação, medida que teve efeitos muito negativos, porque desvalorizou a moeda, aumentou a inflação e a dívida do país ficou cada vez maior. A inflação, por sua vez, aumentou o custo de vida dos portugueses, agravando a fome com o aumento constante dos preços.

A instabilidade política e social

A política era baseada nas oposições dentro do próprio Partido Republicano, pois todos queriam ter mais poder, o que resultou na desagregação do partido em pequenas facções, continuando a haver divergências políticas. Neste contexto, os republicanos foram ficando cada vez mais divididos, sendo que nunca se verificaram maiorias parlamentares, que seriam necessárias para a estabilização política. Assim, devido aos desentendimentos dentro da política Portugal teve inúmeros governos que duraram muito pouco tempo e que quando caíam davam lugar ao seguinte que também iria durar pouco, pois não se verificava um trabalho conjunto entre as diferentes facções republicanas.

Devido à situação económica e aos sucessivos falhanços do governo, começou a verificar-se contestações sociais, pois não havia competência da parte do governo para estabilizar a situação do país. A classe média, com salário baixos, protestava contra os impostos e o aumento do custo de vida, pois não conseguiu manter o poder de compra que anteriormente usufruía e a classe operária vivia na miséria e muitas vezes encontrava-se em situação de desemprego. Verificou-se então uma agitação social muito violenta, com manifestações, greves e atentados bombistas, onde o governo devido à sua incompetência não conseguia impor ordem, o que também prejudicou a imagem do regime português no estrangeiro.

A falência da 1ª República

Como o governo não dava sinais de conseguir controlar a agitação social ou os problemas financeiros e económicos, crescia pelo país a vontade de um governo, que possibilitasse a instalação da ordem e da estabilidade económica. Neste contexto, as características económicas, sociais e políticas contribuíram para enfraquecer o regime republicano em Portugal e para o tornar mais vulnerável a golpes militares. Desta forma, ocorreu o golpe militar de 28 de maio de 1926, dirigido pelo General Gomes da Costa, que teve como resultado a queda da Primeira

República e a instalação de um regime de ditadura militar, em que o novo governo termina com as liberdades individuais, impondo ordem no país.

Tendências culturais: entre o naturalismo e as vanguardas

Enquanto as vanguardas se desenvolviam no resto da Europa, Portugal permanecia com a literatura classicista e com a pintura académica, abordando temas de realismo popular e de naturalismo. Porém, com a agitação social vivida, começaram a surgir movimentos de vanguardas pelo país. Surgiu o modernismo que foi divulgado em revistas e exposições.

O modernismo na literatura teve dois momentos. O primeiro modernismo foi praticado pela revista Orpheu, que o introduziu no país com a publicação de poemas de contestação à antiga ordem literária, de Almada Negreiros, Fernando Pessoa, entre outros e com a publicação de pinturas futuristas. A revista foi considerada um escândalo e acabou por ser proibida a sua publicação, pois continha gostos e padrões culturais que o regime não aprovava. Depois, o segundo modernismo foi praticado pela revista Presença, que continuou o trabalho da revista Orpheu, na luta pela liberdade da crítica e contra o academismo. Esta revista recebeu igualmente críticas.

Ao mesmo tempo, verificou-se o modernismo na pintura, na escultura e na arquitetura. A pintura era divulgada em exposições independentes e consistiam em caricaturas da sátira social e política e cenas boémias. Tal como na literatura, a pintura foi igualmente criticada e considerada escandalosa. A escultura não teve muito sucesso e acabou por ser também proibida pelo regime. Por fim, a arquitetura caracterizou-se pelo uso de vidro nos terraços, de betão armado e da linha reta sobre a curva.

As opções totalitárias

Entre a primeira guerra mundial e a segunda, Itália e Alemanha adotaram o regime totalitário, isto é, um sistema político no qual o poder se concentra no Estado, que tem o controlo da vida social e individual, opondo-se aos interesses individuais e à liberdade. Sendo assim a base para o fascismo italiano, para o nazismo alemão e para o estalinismo na Rússia.

Os fascismos: teoria e práticas

Os regimes nazi-fascistas rejeitam o individualismo, pois em primeiro lugar estava os interesses do Estado, a igualdade, pois impõem a ideia de que existem raças superiores e raças inferiores, o liberalismo económico, pois privilegia os interesses individuais, os comportamentos baseados na razão, o sistema parlamentar, pois é uma forma de manifestar as fraquezas do poder, a democracia, pois é um regime considerado fraco e incapaz de contribuir para o bem do estado e, por fim, o comunismo e o socialismo, por conduzirem a divisões na sociedade que prejudicam a afirmação internacional do estado. Por outro lado, os regimes nazi-fascistas defendem o militarismo, pois a violência impõem ordem e respeito, o nacionalismo, pois consideram a Nação como um bem supremo, o corporativismo, pois é fundamental para ultrapassar as dificuldades socioeconómicas, a autarquia, ao defenderem que o Estado deve ser autossuficiente, o culto do chefe da Nação e, por fim, o racismo.

Os regimes nazi-fascistas atuavam de diversas maneiras de forma a impor os seus ideais. Neste contexto, as milícias armadas e polícias políticas intervinham na repressão das greves e manifestações, ocorriam manifestações de força e ordem, em que militares divulgavam os ideais de orgulho nacional e de culto ao chefe da nação, cativando assim

a população, eram ensinados aos jovens as regras do Estado e do chefe, a guerra e os valores impostos, com o principal objetivo de formar potenciais servidores do regime e a propaganda ia sendo cada vez mais intensa, controlando as pessoas, ao impor a sua ideologia e os seus valores, prometendo ordem e estabilidade, prometendo o fim da agitação social, apelando à superioridade da raça e prometendo emprego e prosperidade económica. Para além disso, havia ainda a repressão da inteligência, sendo que se controlavam as publicações, a rádio, o cinema, os jornais e até se perseguiam os intelectuais.

Como referido anteriormente, o modelo económico dos regimes nazi-fascistas foi a autarcia, com o propósito de tornar a nação autossuficiente e de resolver o nível de desemprego. Para tal, foram adotadas políticas económicas de grande intervenção que respondiam às necessidades do estado:

Em Itália, o Estado passou a intervir mais na economia, em que as corporações ajudavam na planificação mais detalhada da aquisição de matérias, da quantidade de produção e dos salários. Para além disso, foram divulgadas campanhas que mostravam os trabalhadores a serem explorados para conseguirem um nível elevado de produção. Assim, aumentou-se a produção, o que fez diminuir as importações e o défice, aumentando o número de exportações e ajudando na evolução de indústrias menos desenvolvidas.

Na Alemanha, Hitler chegou ao poder com promessas de inverter a situação de desemprego e de tornar a Alemanha independente dos empréstimos estrangeiros. Para tal, foram tomadas políticas de grandes obras públicas, com o desenvolvimento de setores, com o relançamento da indústria militar e com a reconstituição do exército e da força aérea, de forma a preparar o país para a guerra. No geral, a Alemanha tornou-se autossuficiente, a indústria desenvolveu-se e houve uma diminuição do desemprego.

Mais particularmente, o fascismo instaurado por Mussolini em Itália e o nazismo instaurado por Hitler na Alemanha diferiam nalguns aspetos:

O fascismo instaurado por Mussolini em Itália apostou muito no corporativismo, que tinha como propósito ultrapassar as dificuldades industriais sem prejudicar o desenvolvimento de outros setores, ou seja, é permitida a propriedade privada, porém é necessário haver a intervenção do Estado de forma a haver uma organização nacional da produção. Para tal, criaram-se corporações de patrões e trabalhadores que promovem a colaboração e conciliam os seus interesses. Com as corporações, o Estado tem o poder de planificar a produção e de dispensar os sindicatos, havendo assim um único sindicato nacional, que tinha a responsabilidade de resolver eventuais conflitos que surgissem e de proibir greves.

Por outro lado, o nazismo instaurado por Hitler na Alemanha apostou muito no culto da violência e na negação dos direitos humanos, uma vez que as milícias exerciam grande violência, espancando e torturando pessoas e, mais tarde, a polícia política passou a exercer um controlo ainda maior sobre a população. Assim, foi intensificado o racismo, pois Hitler defendia que os povos superiores eram os arianos. A raça ariana, a que pertencia o povo alemão, era considerada superior a todas as outras e, como tal, deveria manter-se pura, eliminando as raças inferiores, consideradas impuras. Os nazis fomentaram assim a natalidade entre arianos com boas qualidades e eliminaram deficientes e idosos. Para além disso, perseguiram judeus, com o objetivo de os exterminar, pois consideravam que os males da sociedade provinham dessa raça inferior. Para esse fim, proibiu-se o trabalho a judeus, foram privados de ter nacionalidade, foram confiscados os seus bens, foram destruídos os seus locais de culto e, por fim, muitos foram levados para os campos de concentração onde foram explorados e mortos. Neste contexto, Hitler, contrariando o Tratado de Versalhes, instituiu o serviço militar obrigatório, reforçou o exército e a aviação militar, lançando-se contra os países europeus. As tropas alemãs entraram na Roménia, na Áustria e na Checoslováquia e a 1 de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polónia dando início à Segunda Guerra Mundial.

O estalinismo

Após a **morte de Lenine**, **Estaline** foi o seu sucessor e tinha como principais objetivos a **construção irreversível da sociedade socialista** e a **transformação da URSS numa grande potência mundial**. Para tal, foi necessário tomar medidas, nomeadamente, a coletivização e planificação da economia e a instauração de um Estado totalitário.

Relativamente à **coletivização e planificação da economia**, Estaline reforçou o **centralismo económico, nacionalizando todos os setores da economia**, ou seja, **aboliu toda a propriedade privada**, passando o Estado a possuir tudo o que iria dar lucros ao país, nomeadamente com a **coletivização dos campos**, que era necessária para se desenvolver a indústria, pois iria fornecer alimentos e mão de obra para outros trabalhos. Assim, retirou aos kulaks todas as suas terras, ação que não foi bem vista, provocando oposição que levou à repressão da população, acabando com a população morta ou a ser explorada em campos de trabalho forçado. O Estado implantou também a planificação económica, tanto no setor agrícola como no setor industrial. No setor agrícola, as **terras de cultivo foram organizadas em quintas coletivas** chamadas Kolkhozes, em que as terras eram cultivadas em conjunto pelos camponeses. Assim, uma parte da produção ficava para o Estado e a restante era dividida pelos camponeses, registando-se um **aumento da produção agrícola**, nomeadamente na produção do trigo e na produção do algodão. **O setor industrial funcionava de acordo com os planos quinquenais**, o que proporcionou o **desenvolvimento** da Rússia. O **1º plano** teve como principal objetivo o desenvolvimento da indústria pesada, de forma a garantir a independência económica do país. O **2º plano** deu prioridade à indústria alimentar, de forma a proporcionar à população produtos de consumo a baixo preço, para elevar o nível de vida. Por fim, o **3º plano** pretendia desenvolver a energia e a indústria química, mas foi interrompido devido ao início da segunda guerra mundial.

Relativamente à **instauração de um Estado totalitário**, Estaline tomou esta medida como **forma de impor ordem no país**, pois só um poder central dotado de autoridade ilimitada poderia manter a unidade pretendida pelo chefe da Nação. Neste contexto, Estaline transforma o centralismo democrático na **ditadura do Partido Comunista**, que eliminou todas as oposições ao poder, impôs o culto ao chefe e cultivou a violência e a negação dos direitos humanos.

A resistência das democracias liberais

Nos **Estados Unidos, na França e na Inglaterra** os partidos **opuseram-se ao totalitarismo**, apostando num governo intervencionista que combatesse as causas da crise, de forma a atenuar os seus efeitos e a evitar um ambiente propício para contestações políticas.

O intervencionismo do Estado

Após a depressão dos anos 30, caracterizada por crises cíclicas, **John Keynes**, um economista britânico, defendeu a necessidade do estado intervir na economia, de forma a **combater as desigualdades sociais e a travar as consequências das crises cíclicas**. Assim, John defendeu a **adoção de uma inflação controlada** em que os lucros gerados pelas empresas iriam aumentar a procura e a produção que, por sua vez, criava novos postos de trabalho que contribuíam para melhorar as condições de vida da população, que passa a ter mais oportunidades de emprego e mais poder de compra, o que **estimulava a economia do país**. Neste contexto, o **Estado** teria um papel importante, uma vez que teria a função de **adotar políticas de investimento** e de **desenvolvimento das empresas** e também iria **controlar os preços, os salários e as condições de trabalho**.

Os Estados Unidos, com Roosevelt na presidência, adotaram o New Deal, que consistiu num conjunto de medidas que tinham como objetivos ultrapassar as consequências da grande depressão e garantir uma melhor qualidade de vida à população. Na primeira fase, as medidas tomadas tinham como propósito ultrapassar as consequências da grande depressão, relançando a economia e combatendo o desemprego crescente. Para tal, o governo adotou medidas financeiras rigorosas, isto é, reorganizaram-se as instituições bancárias e fecharam-se algumas e também se procedeu à desvalorização do dólar, que baixou a dívida do país e aumentou a inflação controlada, subindo os preços e aumentando o lucro das empresas. Ao mesmo tempo, o Estado combateu o desemprego com a construção de obras públicas, o que promoveu o desenvolvimento de outros setores da economia, e com a distribuição de dinheiro para os mais carenciados. Para além disso, controlou-se a indústria e a agricultura. Relativamente à indústria, regularam-se os preços, as horas de trabalho e os salários, de forma a evitar a concorrência desleal e beneficiar todos, até mesmo os operários. Relativamente à agricultura, indemnizaram-se os agricultores pela redução das áreas de cultivo, necessário para reduzir a produção, que por sua vez permitia estabilizar os preços e modernizar a agricultura. Depois, na segunda fase, as medidas tinham como propósito garantir uma melhor qualidade de vida à população e, para tal, foi instalado o Estado-Providência, ou seja, o Estado que se preocupa em assegurar o bem-estar da população e o crescimento económico. Para tal, o governo instituiu o direito de greve, a reforma, o fundo de desemprego, o salário mínimo e as horas de trabalho semanal.

Os governos de Frente Popular e a mobilização dos cidadãos

Em França e em Espanha surgiram governos de frente popular, devido às dificuldades económicas e à instabilidade política.

A frente popular em França integrou socialistas reformistas, comunistas e partidos radicais, que denunciaram o avanço do nazismo, proporcionado pela esquerda alemã, e criaram também medidas para relançar a economia e melhorar as condições de vida dos trabalhadores, acabando por ganhar as eleições. Assim, os governos de frente popular adotaram uma política intervencionista, em que nacionalizaram o banco de França, desvalorizaram a moeda, impulsionaram a legislação social, com greves e ocupações de fábricas, aumentaram a escolaridade obrigatória e, por fim, nacionalizaram setores da economia. A ação dos governos resultou em acordos laborais que aumentaram os salários, reduziram as horas de trabalho e implementaram o direito a férias, o que permitiu aos trabalhadores terem poder de compra e a criação de mais empregos, combatendo-se assim a crise e melhorando as condições de vida.

A frente popular em Espanha integrou socialistas e comunistas que tiveram a necessidade de aumentar a contestação, uma vez que a situação económica se ia agravando cada vez mais. Devido à crescente contestação, o governo demite-se, sendo proclamada a República, em que a Frente Popular venceu as eleições e dá início um intenso programa de reformas políticas e sociais favoráveis aos interesses das classes trabalhadoras. É decretada a separação entre a Igreja e o Estado, o direito à greve, ao divórcio e à ocupação das terras e, por fim, os salários são aumentados. Perante tais medidas, os partidos nacionalistas de direita e monárquicos formam a Frente Nacional que, opondo-se à Frente popular, dá início à guerra civil.

Portugal: o Estado Novo

Após o golpe militar de 28 de maio a crise política e financeira agravou-se cada vez mais. Neste contexto, António de Oliveira Salazar é nomeado para tratar as finanças do país, cargo que aceita com a condição de ter o controlo geral das despesas públicas, de forma a inverter a situação financeira vivida.

O triunfo das forças conservadoras

Salazar implanta medidas de controlo das despesas públicas e aumenta gradualmente os impostos, o que resulta no equilíbrio do orçamento do estado e na eliminação do défice publico. Com os resultados obtidos na gestão das finanças do país, Salazar começa a ganhar poder e prestígio, que lhe permitem ser nomeado Chefe do Governo.

A progressiva adoção do modelo fascista italiano

Já no poder, Salazar para impor a ordem social e resolver a situação financeira, adota o modelo fascista italiano, de forma a condicionar as liberdades individuais e a instalar um Estado autoritário. Assim, para impor a ordem social, é criado um conjunto de instituições, nomeadamente, a União Nacional que deu lugar ao único partido autorizado, o Partido Nacional, o Ato Colonial, que reafirma a missão civilizadora de Portugal nos territórios ultramarinos, o Estatuto do Trabalho Nacional, que regulava a o setor produtivo e, por fim, a Constituição de 1933, que marcava a transição da ditadura militar para a ditadura civil.

Neste contexto, em 1933 institucionalizou-se o Estado Novo, um regime autoritário, conservador, nacionalista, repressivo e corporativista. O Estado Novo era autoritário, na medida em que rejeitava a liberdade e a soberania popular, rejeitava o sistema parlamentar e o poder pertencia ao Governo, que exercia autoridade sobre a população. O Estado Novo era conservador, pois deu grande importância às tradições, nomeadamente à família tradicional, em que a mulher era apenas esposa e mãe, não tendo qualquer importância económica ou social e em que o homem era quem sustentava a família. O Estado Novo era nacionalista, porque Salazar afirmava que tudo tinha de ser pela nação e nada contra a nação, havia a glorificação da História de Portugal, e valorizava-se o estilo de vida português e os produtos nacionais. O Estado Novo era repressivo, na medida em que o interesse da Nação se sobrepunha aos interesses individuais, verificando-se também censura sobre as produções intelectuais e perseguições e mortes aos opositores do regime. Por fim, o Estado Novo era corporativista, pois o sistema económico e social estava organizado em corporações que integravam patrões e trabalhadores.

Uma economia submetida aos imperativos políticos

A economia do Estado Novo tinha como objetivo garantir a autossuficiência do país, incrementando o nacionalismo económico. Assim, Salazar conseguiu equilibrar as finanças através do intervencionismo e da autarcia. A autarcia conseguiu tornar Portugal menos dependente do exterior e o intervencionismo divulgou campanhas de produção e incentivos à especialização de certos produtos. Houve uma melhor gestão do dinheiro do Estado, criaram-se novos impostos e aumentaram-se as tarifas alfandegárias. Os novos impostos permitiram aumentar a receita fiscal e para além disso, a neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial, permitiu que não houvesse consequências negativas, aproveitando-se Portugal das necessidades económicas dos países em guerra. Houve assim o fomento da agricultura, que proporcionava um meio de autossuficiência, verificou-se um grande controlo da indústria, de forma a evitar a concorrência estrangeira, e, por fim, houve a construção de obras públicas, que criaram postos de trabalho para combater o desemprego e modernizaram a imagem do país. As colónias também foram um fator importante na economia portuguesa, pois permitiram a venda de produtos nacionais e o abastecimento de matérias-primas baratas.

O projeto cultural do regime – a “Política do Espírito”

No contexto de regime autoritário que se verificava em Portugal, a **criação artística e literária** foi também condicionada pelos **interesses do regime**, que eram, **evitar os excessos intelectuais que pusessem em causa a coesão nacional** e **dinamizar uma produção cultural de propaganda à grandeza nacional**. Para tal, foi incrementada a **censura** e concebida a “**Política do espírito**”. A “Política do espírito” consistia numa intensa propaganda para provar aos portugueses a ideologia do Estado Novo. Para a propaganda ter sucesso, foi criado o **Secretariado de Propaganda Nacional** que foi comandado por **António Ferro**, que organizou inúmeras **manifestações de carácter cultural**, geridas pela censura, como comemorações, salões de pintura, prémios literários, congressos científicos, exposições, festas, marchas, concursos e inaugurações de grandes obras públicas, de forma a **mostrar a grandeza do regime**.

O tempo da Guerra Fria – a consolidação de um mundo bipolar

A Guerra Fria consistiu na tensão verificada entre os **Estados Unidos e a União Soviética**, entre o **mundo capitalista e o mundo comunista**, desde o **fim da Segunda Guerra Mundial**. O mundo defendido pelos Estados Unidos consistia num **regime democrático-liberal** e numa **economia capitalista**, enquanto o mundo defendido pela União Soviética consistia num **regime socialista de centralismo democrático** e numa **economia planificada e coletivizada**. Neste contexto de oposição, os Estados Unidos tinham como principal objetivo travar o avanço do comunismo e para tal, lançaram o **Plano Marshall** para ajudar na reconstrução da Europa, que acabou por não ter o resultado esperado, uma vez que a união soviética tinha já muita influência sobre alguns países europeus, que se viram obrigados a recusar a ajuda americana. Desta forma, a União Soviética criou o **COMECON**, que fomentava a cooperação económica entre os países da Europa central. A situação de tensão foi piorando cada vez mais e pôs uma grande pressão no território alemão, que ao olhar dos Estados Unidos poderia ser uma arma para travar o comunismo. Assim, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França juntaram os seus territórios da Alemanha, formando a **RFA**, República Federal Alemã e a União Soviética formou a **RDA**, República Democrática Alemã. No seguimento da divisão clara da Alemanha, **Estaline bloqueia o acesso a Berlim**, agravando ainda mais os conflitos existentes.

O mundo capitalista

A política de alianças liderada pelos Estados Unidos: Os Estados Unidos fizeram de tudo para evitar que o comunismo se continuasse a espalhar e, para tal, após o Plano Marshall, criaram a Organização Europeia de Cooperação Económica (**OECE**) e o **Pacto do Atlântico**, que deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (**NATO**). Ao mesmo tempo, os Estados Unidos criaram ainda outras alianças, nomeadamente, a Organização dos Estados Americanos (**OEA**), a Organização do Tratado Central (**CENTO**) a **ANZUS** e a Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (**OTASE**). Estas alianças trouxeram um grande **poder para os americanos**.

A prosperidade económica e a sociedade de consumo: Após a segunda guerra mundial, viveram-se três décadas de **prosperidade económica**, que foram conseguidas, em grande parte, com a ação dos governos, que tomaram conta de decisões imprescindíveis para estabilizar os seus países, vivendo-se assim a época dos **Trinta Gloriosos**. Esta fase foi marcada pelo rápido crescimento económico proporcionado pelo capitalismo e teve como principais fatores a aceleração do **processo tecnológico** que para além de **melhorar a vida quotidiana aumentou a produção industrial e de energias**, que por sua vez proporcionaram melhores **transportes** devido aos preços **baixos do petróleo**, que passa a ser a principal matéria energética. Também se verificou um **aumento da produção agrícola**, de **serviços e de**

trocas comerciais. Para além disso, foi necessário incrementar a procura de produtos, o que foi conseguido com o **baby-boom**, isto é, o aumento da natalidade e, por sua vez, o aumento dos consumidores, com o aumento da indústria e das multinacionais, que comercializavam os seus produtos em todo o mundo, devido à maior liberdade de comércio proporcionada pela diminuição das barreiras alfandegárias. Desta forma, a mão de obra cresceu e passou a ser **mais qualificada**, verificou-se um **crescimento do setor terciário**, o que foi conseguido com a melhoria do ensino e com as ajudas proporcionadas pelo Estado e, por fim, verificou-se uma grande quantidade de produtos industriais.

Neste contexto, o maior resultado dos Trinta Gloriosos foi a **sociedade de consumo**, caracterizada pelo enorme aumento de consumo de bens essenciais e de bens supérfluos, o que foi conseguido com a estabilidade dos empregos, com a produção de produtos a preços acessíveis e com os salários razoáveis. Assim, o aumento do poder de compra promoveu o conforto material e melhorou o estilo de vida dos cidadãos, que passaram a usufruir de novos eletrodomésticos, veículos e férias, sendo assim incentivados através de publicidades de recurso ao crédito, a comprar produtos mesmo para sendo eles inúteis.

A afirmação do Estado-Providência: No mundo capitalista, predominava a social-democracia e a democracia cristã. A social-democracia defende uma sociedade composta por reformas e por processos democráticos e defende que o Estado tem de intervir na economia e tem de proporcionar o bem-estar da população. Para além disso, defende a livre concorrência e defende que o Governo tem de ajudar na redistribuição da riqueza daqueles que têm rendimentos mais elevados, através da proteção social. A democracia cristã defende uma sociedade composta por ideias cristãs e por processos sociais da Igreja e defende que o Estado tem de defender os princípios de justiça, de liberdade, de entreatajuda e de valorização dos humanos, condenando assim os excessos do liberalismo capitalista. Para além disso, defende que deve haver união entre os valores da democracia e os valores do cristianismo.

Desta forma, após a guerra, diversos países da Europa tinham como principal agente económico o Estado, que regulava a economia, definia os salários, garantia o emprego e promovia a justiça social, detendo assim um grande poder sobre a organização da sociedade. Todas estas mudanças contribuíram para a construção do **Estado-Providência**. Assim, o Estado passou a ter como principais funções equilibrar a sociedade e garantir postos de trabalho, de forma a ajudar na melhoria das condições de vida dos cidadãos. Neste contexto, a economia foi nacionalizada, foram fixados salários e horários de trabalho e controlou-se a produção. Para além disso, o Estado para melhorar as condições de vida e para implementar a justiça social, implementou um sistema que protegia os cidadãos em caso de doença, desemprego ou velhice, instaurou ajudas financeiras para as famílias com menos rendimentos, passou a intervir mais no ensino, financiou obras públicas e supervisionou as taxas de juro.

O mundo comunista

O expansionismo soviético na Europa, na Ásia, na América do Sul e em África: A URSS começou a **expansão** da sua influência na **Europa Ocidental**, países que tiveram o nome de democracias populares. Consistiam assim na oposição à democracia liberal, na representação dos trabalhadores que controlavam o Estado, a economia e a cultura, através do Partido Comunista. As democracias populares eram supervisionadas politicamente pelo COMINFORM, economicamente pelo COMECON e militarmente pelo Pacto de Varsóvia.

A URSS expandiu também a sua influência para a **Ásia**, nomeadamente para a China e para a Coreia. Na China formou-se a República Popular da China, ficando apoiada no modelo soviético, em que adotou os planos quinquenais, de forma a desenvolver a indústria, e os planos de coletivização da agricultura. A Coreia após a guerra foi libertada pela URSS e pelos EUA, ficando dividida em duas áreas, a República Popular da Coreia (URSS) e a República Democrática da Coreia (EUA).

Por fim, a influência da URSS espalhou-se também para **África** e para Cuba (**América do Sul**). Em África, devido à recente situação de descolonização, não se verificaram dificuldades em instaurar o regime comunista e em Cuba, Fidel Castro participou na implementação de um governo revolucionário socialista, ligando-se também ao apoio da URSS.

Opções e realizações da economia de direção central: Após a guerra, a URSS deparou-se com uma **quebra na produção industrial**, degradando assim a situação económica. Para reverter a situação, **Estaline retoma o modelo de economia planificada**, isto é, o **IV e V Plano Quinquenal**, dando prioridade à reestruturação da indústria pesada e das infraestruturas, à investigação científica e ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Os países da Europa Ocidental que estavam sob influência da URSS também adotaram o modelo económico soviético que teve como maior resultado a **rápida industrialização**. Porém, após a rápida industrialização, começaram a aparecer falhas, porque a planificação em excesso não dava qualquer autonomia às empresas que se limitavam a cumprir o que era imposto na planificação, não havendo qualquer investimento. Devido às consequências registadas, implementaram-se algumas reformas nos países da Europa socialista, em que se investiu mais nas indústrias, na agricultura e na habitação, reduziu-se as horas de trabalho e incentivou-se a produtividade. Porém, as reformas que apareceram não tiveram o efeito esperado verificando-se **bloqueios económicos**, o que resultou na falência dos países que estavam sob a influência soviética.

A escalada armamentista e o início da era espacial

Devido à tensão constatada, os EUA e a URSS apostaram no desenvolvimento do **armamento**, que através de inúmeros investimentos atingiu valores de produção elevados e tornou-se, ao mesmo tempo, mais sofisticado. Neste contexto, **inicialmente os EUA** tinham um nível de **desenvolvimento superior** ao da URSS, pois tinham processos científicos e técnicos inovadores, uma produção elevada de armas e eram os únicos que possuíam bombas atómicas e bombas de hidrogénio. Desta forma, a **URSS para ter hipóteses de fazer frente aos Americanos, investiu no desenvolvimento** científico e no desenvolvimento do armamento, conseguindo assim a construção da bomba atómica e da bomba de hidrogénio e o aumento da produção de armas.

Após o investimento verificado no armamento, começaram a surgir investimentos em tecnologias que permitissem a exploração espacial. Neste contexto, a **URSS começou a dominar**, uma vez que colocou em órbita o primeiro satélite artificial, expandiu a produção de foguetões e lançou um novo satélite com uma cadela a bordo, mostrando assim a sua superioridade em relação aos Estados Unidos. Porém, os **EUA conseguiram ultrapassar a URSS**, com Neil Armstrong a ser o primeiro homem a pisar a lua e com os sucessivos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, que davam finalmente supremacia aos americanos.

Imobilismo político e crescimento económico do pós-guerra a 1974

A estagnação do mundo rural

Após a Segunda Guerra Mundial, a **agricultura** era a atividade dominante em Portugal, caracterizada por ser **pouco desenvolvida** e com índices de **produtividade baixos**, o que tornava o país atrasado em relação ao resto da Europa, para além de ser necessário recorrer à **importação** de produtos alimentares. A baixa produtividade estava relacionada com as **assimetrias entre o Norte e Sul do país**. No Norte havia, na grande maioria, **minifúndios**, que como eram tão pequenos não permitiam a mecanização e serviam apenas para o autoconsumo. Por outro lado, no Sul havia, na grande maioria, **latifúndios**, que estavam subaproveitados por falta de interesse dos proprietários. Outro fator para a baixa produtividade estava relacionado com a **estrutura fundiária precária**, que teve necessariamente de ser mudada através do **II Plano de reformas** que persistia na exploração agrícola média,

caracterizada pela grande mecanização que proporcionava maiores rendimentos e um crescimento no consumo de produtos industriais. Porém, a nova estrutura fundiária sofreu uma grande **oposição por parte dos latifundiários do Sul** e, assim, nunca se verificaram mudanças. Para além disso, investiu-se mais na indústria e, consequentemente verificou-se um grande êxodo rural, como forma de procura de melhores condições de vida, o que levou ao **défi ce agrícola** e à continuação da necessidade de importar.

A emigração

Ao mesmo tempo, houve um grande crescimento demográfico, o que resultou na sobrepovoação do país, que não tinha uma economia com capacidade para gerir o excesso de mão de obra. Neste contexto, na década de 60, muitos portugueses emigraram para outros países da **Europa e América**, de forma a **fugirem à pobreza, escaparem ao serviço militar obrigatório e ocuparem os territórios ultramarinos**. Muitas emigrações eram clandestinas, pois a legislação portuguesa **impunha entraves**, uma vez que era necessário um certificado de habilitações mínimas e ter o serviço militar cumprido. Este tipo de emigração tinha riscos elevados, pois a deslocação era cara e muitos eram detidos pela polícia política. Porém, o Estado interveio pelos interesses dos emigrantes portugueses, pois apercebeu-se dos **benefícios económicos e financeiros** que poderia usufruir. **Realizou então acordos** com os países de acolhimento que permitiram a transferência dos rendimentos dos emigrantes para Portugal, beneficiando assim o equilíbrio financeiro e o aumento do consumo.

O surto industrial

Portugal era dependente dos países estrangeiros, o que levou à necessidade de se desenvolver a indústria. Para tal, estabeleceu-se a **Lei do Fomento e Reorganização Industrial** que tinha como objetivo diminuir as importações e o Estado Novo elaborou **Planos de Fomento**, de forma a inverter a situação vivida. O **I Plano de Fomento** dava prioridade ao setor das **infraestruturas** enquanto o **II Plano de Fomento** se focou na **indústria de petróleos, químicos e adubos**. Para além disso, Portugal integrou-se na EFTA e aprovou-se o BIRD, o FMI e o GATT. Depois, apostou-se na economia portuguesa no estrangeiro, o Plano Intercalar de Fomento. Por fim, Marcello Caetano lança o **III Plano de Fomento**, que consiste no **fomento da exportação**, na abertura do país a tecnologias estrangeiras e na formação de grupos económicos e financeiros.

A urbanização

Com o surto industrial, verificou-se uma urbanização intensa nas **cidades do litoral**, onde se encontravam as **indústrias e os serviços**. Assim, como a população não tinha capacidade monetária para comprar casa no centro das cidades, concentrava-se na periferia, onde não **havia estruturas suficientes para a procura**, verificando-se então falta de estruturas sanitárias, de instalações sociais e de transportes, originaram-se **bairros de lata** e verificou-se um **aumento da criminalidade**, resultando em **condições de vida degradadas**.

O fomento económico das colónias

A economia nas colónias também se modificou, uma vez que podia proporcionar o desenvolvimento da economia de Portugal. Assim, o Estado investiu mais nas colónias, através de **investimentos** públicos e privados e da **abertura ao capital estrangeiro**, o que levou ao investimento na **criação de infraestruturas**, na **modernização da agricultura** e na **aposta no setor extrativo**. Para além disso, com a **criação do Espaço Económico Português**, reforçou-se a ligação entre a metrópole e as colónias, em que era suposto haver uma área económica sem entraves alfandegários.

A radicalização das oposições e o sobressalto político de 1958

Em 1945, a Alemanha foi derrotada pela União Soviética, caracterizada pela democracia e, por essa razão, Salazar tinha de tentar mostrar que o seu regime era democrático apesar de não o ser, senão poderia chegar ao fim. Assim, o Governo português quis **renovar a imagem do regime** e decidiu dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições antecipadas, que supostamente seriam livres. No mesmo ano, a **oposição ao Estado Novo criou o Movimento de Unidade Democrática (MUD)** que exigiu eleições legítimas, o que não foi concedido, uma vez que muitos membros do movimento foram presos ou despedidos. Neste contexto de repressão, era evidente que nada tinha mudado no regime pois não havia liberdade e quem atentasse contra o poder era penalizado. Em **1949, Norton de Matos**, oposto ao salazarismo, **candidatou-se às eleições presidenciais, mas foi obrigado a desistir** perto das eleições. Depois, em **1958, candidatou-se Humberto Delgado** às novas eleições presidenciais e foi chamado de General Sem Medo, pois anunciou publicamente que não ia desistir das eleições e que caso fosse eleito iria demitir Salazar. Por essa razão, o Governo tentou parar Humberto Delgado e quando o resultado das eleições foi divulgado, a vitória foi dada a Américo Tomás, candidato do regime salazarista. Porém, os **resultados foram pouco credíveis** e muitos revoltaram-se contra o regime, por isso, Salazar anulou o sistema de sufrágio direto, sendo que as eleições passaram a ser realizadas por colégio eleitoral restrito. Neste contexto, a **oposição foi crescendo**, por exemplo, no caso do Bispo do Porto, que escreveu uma carta a Salazar, criticando a política do Estado Novo, o que resultou no seu exílio ou no caso de Humberto Delgado que foi exilado para o Brasil, onde continuou a lutar contra o regime português, acabando por ser assassinado pela PIDE. Para além disso, com a ajuda de Henrique Galvão, o navio português Santa Maria, foi pirateado como forma de protesto contra a falta de liberdade e o governo português vê-se obrigado a pedir ajuda estrangeira para o recuperar. Pouco depois, os americanos tomam posse do navio, porém para desagrado de Salazar, estes deixam os opositores no Brasil.

A questão colonial

Após as principais potências concordarem que estava na hora de abdicar dos impérios coloniais e de a ONU reconhecer o direito de liberdade dos povos, Portugal foi pressionado a fazer o mesmo. Salazar para justificar a colonização introduz a **teoria do lusotropicalismo**, isto é, a ideia que os portugueses não tinham valores racistas, para além de que não havia oposição nas colónias da presença portuguesa e que os portugueses estavam ligados à fusão de culturas, justificando assim que a colonização portuguesa tinha apenas um valor histórico. Ao mesmo tempo, revogou-se o Ato Colonial e as colónias passaram a ser designadas por Províncias e o Império Colonial passou a ser chamado de Ultramar Português. No entanto, o estatuto dos habitantes africanos não era igual ao estatuto dos portugueses, prevalecendo a superioridade sobre as colónias. Por essa razão, surgiram contestações entre a tese integracionista e a tese federalista. A tese integracionista apoiava o Ultramar Português enquanto a tese federalista acreditava que não era possível manter as colónias, apoiando a autonomia destas. Porém, a oposição foi bloqueada por Salazar, que **não quis abdicar das colónias africanas** e, por isso, enviou forças militares para as colónias, iniciando uma **Guerra Colonial**. No contexto de guerra e de oposição, começam a surgir movimentos de libertação no Norte de Angola, alastrando-se a guerra para o resto de Angola. Depois, deu-se a guerra em Moçambique e na Guiné, guerras que trouxeram graves consequências para Portugal, pois foi necessário levar para as colónias a população ativa, deixando o país apenas com idosos, crianças e mulheres, para além da evidente despesa nacional. Portugal estava então numa situação delicada, uma vez que ao **opor-se aos ideais da ONU**, foi condenado e foi progressivamente **isolado do resto do mundo**. Portugal sofreu também a oposição dos americanos, que com receio de a União Soviética beneficiar das colónias angolanas, organizaram movimentos de libertação e propuseram auxiliar o país economicamente. Mesmo assim, Portugal negou a ajuda e continuou a transmitir a imagem de estar orgulhosamente só.

A primavera marcelista

Em 1968, Salazar ficou incapacitado e foi substituído por Marcello Caetano. O país vive um breve momento de esperança de abertura do regime salazarista, pois Marcello Caetano deu a entender que iriam ocorrer reformas e que haveria mais liberdade, porém, a realidade era outra, caracterizando a Primavera Marcelista. O Governo permitiu o regresso de alguns exilados políticos, a polícia política passou a chamar-se DGS, a censura pareceu abrandar e iniciaram-se reformas no ensino. Neste contexto, Marcello Caetano permitiu a criação de dois movimentos para as eleições legislativas, alargou o direito de voto às mulheres alfabetizadas e permitiu a fiscalização dos votos. Porém, os opositores ao regime implementado foram derrotados por uma maioria impossível e Marcello Caetano passou a ser condenado, verificando-se pelo país agitações estudantis e greves. Neste momento, a repressão ficou mais visível, o Governo encerrou as associações de estudantes e a polícia política prendeu os opositores. Para além de nada ter mudado em Portugal, Marcello Caetano insistiu em manter a Guerra Colonial e redigiu um novo estatuto para as colónias atingirem a autonomia aos poucos, em que as colónias passaram a ser chamadas de Estados apesar de continuarem dependentes de Portugal, ou seja, a situação das colónias era exatamente a mesma, continuando a haver superioridade Portuguesa sobre os colonos. A posição de Portugal levou a que a ONU tomasse medidas, dando independência à Guiné e acentuou ainda mais o isolamento internacional do país, que foi condenado publicamente pelo Papa e pela imprensa Londrina. Também no próprio país é criticada a posse das colónias, em que se verifica um aumento da contestação católica, dos movimentos estudantis, os deputados demitem-se e, por fim, o General Spínola publica um livro denunciando a impossibilidade de as colónias continuarem na posse dos portugueses.

Da revolução à estabilização da democracia

O Movimento das Forças Armadas e a eclosão da revolução

Devido à situação de isolamento internacional vivida por Portugal relativamente à política colonial a também devido à insatisfação da população face à ditadura instalada e face ao custo de vida elevado, surgiu em 1973 o Movimento de Capitães. Era um movimento de revolta contra o acesso dos oficiais milicianos ao exército, que prejudicava os oficiais de carreira. Para além disso, pretendiam resolver a situação das colónias e acabar com o regime ditatorial. A sua revolta teve consequências positivas, conseguindo assim ganhar poder político sobre o Governo. O movimento foi comandado pelo General Gomes e pelo General Spínola, que se reuniram com Marcello Caetano, sendo depois despedidos por se oporem ao regime. O movimento passou a ter o nome de Movimento das Forças Armadas, com o objetivo de instaurar a liberdade e acabar definitivamente com o problema colonial. O MFA foi responsável pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, que acabou com o regime instaurado. Otelo Carvalho deu início à operação Fim Regime do MFA, em que após a transmissão de duas canções na rádio, os militares se dirigiram para pontos estratégicos para o sucesso da revolução. No fim, Marcello Caetano rendeu-se e entregou o poder ao General Spínola.

A caminho da democracia

O desmantelamento das estruturas do Estado Novo: Após o 25 de Abril, viveu-se um período de grande instabilidade política e social. O MFA criou a Junta de Salvação Nacional, que ficou a comandar Portugal, dando início a medidas para desmantelar o regime. Em primeiro lugar, Américo Tomás e Marcello Caetano ficaram sem lugar no Governo e foram exilados para o Brasil, a polícia política e a censura foram proibidas, a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado foram dissolvidos, finalmente puderam-se criar partidos políticos sem restrições e, por fim, o MFA comprometeu-se realizar eleições constituintes, ficando provisoriamente o General Spínola como presidente da República. (O MFA tinha como fundamento a política dos três Ds, Democratização, conseguido as

eleições livres, Descolonização, conseguido com a libertação das colónias, e Desenvolvimento, demorou algum tempo.)

Tensões político-ideológicas na sociedade e no interior do movimento revolucionário: Nos meses que se seguiram à queda da ditadura, foi complicado organizar a sociedade, tendo passado o país por confrontos políticos e sociais. O **I Governo Provisório** e o Presidente Spínola não reuniam condições para controlar as imposições que se faziam ouvir de uma população que queria alcançar a liberdade e igualdade social que há muito não tinham, o que resultou na demissão do Governo. O **II Governo Provisório** teve como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, onde se registou uma tendência revolucionária de esquerda. Entretanto, o poder político ia ficando cada vez mais dividido. Num lado estava o Presidente Spínola e, no outro lado estava o MFA, que vai ganhando mais poder. Neste contexto, Spínola ao perder a influência que tinha, demite-se e **Costa Gomes é indicado para Presidente da República**. Mais tarde, Spínola tenta um golpe militar, porém não é bem-sucedido e tem de fugir para Espanha, triunfando assim as forças revolucionárias de esquerda. Seguidamente, o MFA cria o Conselho de Revolução e nas eleições da Assembleia vence o Partido Socialista que esperava assim ter mais poder de decisão, porém tal não acontece, continuando a dominar o poder do Partido Comunista. Desta forma, começaram a verificar-se uma forte **oposição política, Verão Quente**, vendo-se o Partido Socialista obrigado a abdicar do poder devido ao apoio do MFA ao Partido Comunista.

Política económica antimonopolista e intervenção do Estado no domínio económico-financeiro: Instalou-se então o **Processo Revolucionário em Curso (PREC)**, conduzindo o país para o socialismo e o **Estado passou a intervir mais no sistema económico-financeiro**, com o objetivo de eliminar os privilégios monopolistas e para reforçar os direitos dos trabalhadores. Neste contexto, o Estado com Vasco Gonçalves na liderança, nacionalizou os bancos, que passaram a ser fiscalizados, interveio na administração das empresas, o que permite ao Estado exercer mais controlo na economia nacional e deu início à reforma agrária, caracterizada pela expropriação das propriedades e onde se criaram Unidades Coletivas de Produção, havendo assim liberdade de gestão. Para além disso o Estado teve um grande impacto nas condições dos trabalhadores, uma vez que aprovou a legislação de proteção dos trabalhadores que impedia o despedimento sem causa, instituía o salário mínimo e proporcionou reformas e ajudas sociais, o que no seu todo permitiu aumentar o nível de vida em Portugal.

A opção constitucional de 1976: Para combater a situação política do país, oficiais liderados por Melo Antunes publicaram um manifesto onde **criticaram o MFA de se desviar dos seus objetivos**, o que levou ao despedimento do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e à formação do **VI Governo Provisório**, tendo como novo primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo. Neste seguimento, foi tentado um golpe militar que não teve sucesso, sendo o último ataque incentivado pela esquerda revolucionária. Assim, foi elaborada a **Constituição de 1976** que confirmou a transição para o **socialismo**, consagrou o **regime democrático** e garantiu a **liberdade** da população e a **participação na vida política**.

O reconhecimento dos movimentos nacionalistas e o processo de descolonização

Após a revolução, a ONU apelou que Portugal libertasse as colónias, situação que era apoiada pela maioria dos partidos do novo regime português. Por essa razão, o **Estado reconhece a independência das colónias** e iniciam-se negociações nesse sentido com o PAIGC na Guiné, com a UNITA em Angola e com o FRELIMO em Moçambique, sendo que o caso de Angola e Moçambique foram os mais complicados. Em Angola principalmente, porque havia três movimentos de libertação sem capacidade de cooperação, resultando na Guerra Civil Angolana, vendo-se Portugal obrigado a abandonar a região.

A revisão constitucional de 1976 e o funcionamento das instituições democráticas

Matéria para exame de História A 12º Ano

Em 1982 foi realizada a primeira **revisão da Constituição de 1976**, que tinha recebido diversas críticas relacionadas com o excesso de comprometimento com o socialismo e com a presença militar no governo. Foram então realizadas **alterações na organização do poder político**, uma vez que foi abolido o Conselho da Revolução e que passou a ser permitido o poder civil nos cargos do governo. Também o Presidente da República viu o seu poder ser diminuído, sendo aumentado assim o poder da instituição parlamentar. Desta forma, o Presidente da República era eleito por maioria absoluta, tinha um mandato de cinco anos, era assistido pelo Conselho de Estado e tinha como funções salvaguardar a independência portuguesa, garantir o funcionamento das instituições, dissolver o Governo e convocar eleições antecipadas. Por sua vez, a Assembleia da República tinha deputados de todos os distritos do país, que permaneciam no poder por quatro anos, tendo como funções fazer as leis, assegurar a manutenção do Governo e apresentar projetos. Para além disso, também os tribunais sofreram mudanças, uma vez que o poder judicial se tornou independente do poder político e criou-se o Tribunal Constitucional que tinha como principal função garantir o funcionamento da democracia e registar os partidos políticos nas eleições.

Os polos de desenvolvimento económico

No **final do século XX**, os polos de desenvolvimento económico eram os **EUA, a União Europeia e a Ásia-Pacífico**.

A hegemonia dos Estados Unidos

Os Estados Unidos conseguiram alcançar a **hegemonia** com a prosperidade económica, a supremacia militar e o dinamismo científico e tecnológico.

Relativamente à **prosperidade económica**, os EUA tinham uma extensão territorial grande, para além da elevada população, o que permitiu que fossem considerados a única potência económica mundial desde a década de 90. Neste contexto, o Estado americano incentiva a **livre concorrência, a livre iniciativa e a livre circulação de mercadorias e de capitais**. Neste contexto, o Estado inicia um conjunto de medidas com o propósito de consolidar a sua hegemonia económica, em que a **carga fiscal é reduzida**, a população beneficia de diversos **postos de trabalho**, os **despedimentos são condicionados**, o **dólar é valorizado**, os **investimentos aumentam**, o **mercado externo é expandido** e é utilizada **mão de obra barata**. Desta forma, os Estados Unidos detêm **1/3 do PIB mundial**, fator proporcionado pelo setor terciário, detêm um **setor agrícola mecanizado** e com **níveis elevados de produtividade** e detêm igualmente um setor industrial, sendo que no seu conjunto, estes setores contribuíram para que os Estados Unidos se tornassem os **maiores exportadores do mundo**. Neste contexto de supremacia, o presidente Bill Clinton intensificou os laços comerciais com a Ásia no âmbito da APEC e criou o NAFTA, que permitia a livre circulação de mercadorias.

Relativamente à **supremacia militar**, os EUA realizaram **intervenções mundialmente**, o que apenas veio mostrar que também dominavam nesse campo. Neste contexto, a supremacia militar verificou-se com o **investimento militar realizado**, com a **recusa do Protocolo de Quioto** que limitaria a produção, com a imposição de sanções económicas, com a participação militar em questões de **combate ao terrorismo** e de **libertação de povos**, nomeadamente no Iraque e no Kuwait, e com as ações da **NATO (OTAN)** a serem mais abrangentes.

Por fim, relativamente ao **dinamismo científico e tecnológico**, os EUA provaram uma vez mais a sua superioridade, uma vez que detinham o **maior investimento mundial** na investigação científica e tecnológica, **financiaram**

pesquisas privadas e avançaram com a criação de parques tecnológicos, o que permitiu desenvolver os Estados Unidos e colocá-lo na liderança do poder tecnológico.

A União Europeia

Para que a Europa triunfasse face ao resto do mundo era indispensável unir as nações e, com esse propósito, consolidou-se a comunidade com o estreitamento dos laços comunitários e com o alargamento da comunidade, apesar de se terem também verificado dificuldades.

Relativamente ao estreitamento dos laços comunitários, Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, com o objetivo de relançar o projeto europeu, promoveu o desenvolvimento da União Económica e a consolidação das instituições da União Europeia. Neste contexto, foi assinado o Ato Único Europeu, que reforçou o poder do Conselho e do Parlamento Europeu e estabeleceu um mercado único em que as mercadorias e as pessoas circulavam livremente. Neste seguimento, foi também assinado o Tratado da União Europeia/Tratado de Maastricht, que oficializou a União Europeia assente em três pilares. O primeiro pilar incide sobre o domínio económico, em que se reforça a cooperação entre os estados-membros, a coesão económica e funda-se a União Económica e Monetária. O segundo pilar incide sobre o domínio da PESC, política externa e de segurança comum. O terceiro pilar incide sobre o domínio da justiça e dos assuntos internos, em que deve haver cooperação entre os estados-membros. Neste seguimento inaugura-se o Euro, o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Relativamente ao alargamento da comunidade, a União Europeia foi inicialmente formada pela França, Itália, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, sendo depois incluída a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido. Posteriormente juntou-se a Grécia, seguida por Portugal e Espanha e, mais tarde a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Depois, juntou-se o Chipre, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Malta, a Polónia e a República Checa, acabando com a adesão da Bulgária e da Roménia, sendo então formada a Europa dos vinte e sete.

Por fim, relativamente às dificuldades vividas, estas basearam-se em características políticas e económicas que vão dividindo cada vez mais os estados-membros. Neste contexto verificou-se nos países mais desenvolvidos, uma certa resistência à perda de soberania, nomeadamente no Reino Unido, na Suécia e na Dinamarca, que se recusaram a adotar o euro e para além disso, as dificuldades económicas foram muitas, uma vez que não foi possível combater totalmente os níveis de desemprego, registando-se um desenvolvimento económico fraco face ao desenvolvimento americano. No seguimento da falta de sentimento europeísta que caracterizava a união entre os estados-membros, realizou-se uma Convenção para determinar o futuro da Europa e assinou-se o Tratado de Lisboa.

O espaço económico da Ásia-Pacífico

Com o rápido crescimento verificado do Japão, outros países da Ásia tiveram oportunidade de se afirmarem economicamente, pois sentiram-se incentivados pelo sucesso japonês. Neste contexto, destacaram-se, em primeiro lugar, os “Dragões Asiáticos”, ou seja, Coreia, Hong Kong, Singapura e Taiwan, que careciam de terras em boas condições, de materiais, de meios para investimento e de recursos naturais. Porém, apesar das adversidades, conseguiram desenvolver-se economicamente através da exportação excessiva. Para tal, os Governos passaram a intervir mais na economia, concedendo créditos, adotaram políticas protecionistas, investiram na educação e procuraram atrair capitais estrangeiros. Assim, conseguiram ter produtos suficientes para incrementarem a exportação, caracterizada por preços muito baixos, devido à mão de obra esforçada e barata, aspeto que outras

potências exportadoras não conseguiam combater. Porém, apesar do grande sucesso económico, os dragões asiáticos e o Japão depararam-se com a excessiva dependência em relação às economias estrangeiras e com a rivalidade dos mesmos produtos que os separava, o que provocou uma quebra na economia.

Neste contexto, verifica-se o desenvolvimento de outros países asiáticos, os “**Tigres Asiáticos**”, ou seja, **Tailândia, Indonésia, Filipinas e Malásia**. Estes países formavam a **ASEAN**, uma organização económica, que ligando-se aos dragões asiáticos, tomaram medidas para complementar a cooperação económica e a troca de produtos. Como resultado, a região asiática continuou a crescer de forma equilibrada, com o trabalho conjunto. Porém verificaram-se também aspetos negativos, pois o crescimento tornou a Ásia a área mais poluída e fundamentalmente possuidora de mão de obra explorada.

A questão de Timor

Timor era uma colónia portuguesa e após a revolução de 25 de Abril de 1974 finalmente viu a sua situação caminhar em direção à mudança. Neste contexto, foi criado um governo de transição com três partidos políticos, nomeadamente o FRETILIN, Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, que defendia a independência de Timor, a UDT, União Democrática Timorense, que defendia uma união com Portugal, e a APODETI, Associação Popular Democrática Timorense, que defendia a integração na Indonésia. No global, os partidos não conseguiam conciliar os seus ideais, sendo que o FRETILIN invadiu o território e em 1975 declara a independência de Timor. Contudo, Portugal não reconhece a independência de Timor, que é invadido pela Indonésia. Neste seguimento a ONU continua a considerar Timor um território sob administração portuguesa e não reconhece a ocupação da Indonésia e, para tal, Portugal tinha a responsabilidade de proporcionar independência a Timor. Assim, é formado um movimento de resistência armada, as FALINTIL, Forças Armadas de Libertação de Timor Leste, comandadas por Xanana Gusmão, que formam a 27ª província ao unirem o território. Situação que não ficou logo reconhecida, o que apenas aconteceu após o massacre no cemitério de Santa Cruz que chamou a atenção internacional. Apenas em 2002 foi reconhecida a independência de Timor.

Modernização e abertura da China à economia de mercado

Após a morte de Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping substituiu-o, dando início a um processo de desenvolvimento na China. Assim, a China foi dividida, ou seja, o interior, que era protegido da influência externa, e o litoral, que era integrado no mercado internacional. Para além disso, foi necessário reestruturar a agricultura, o que teve resultados positivos, conseguidos com a entrega das terras aos camponeses, que comercializavam os produtos, e a indústria, foi igualmente reestruturada, uma vez que se apostou mais em produtos de consumo para exportação. Neste contexto, a China evidenciou capacidades para que empresas estrangeiras se instalassem nas Zonas Económicas Especiais. Concluindo, a China sofreu um crescimento económico, detendo uma grande competitividade, que resulta em trabalhadores mal pagos e com trabalho precário.

A Integração de Hong Kong e Macau

A China, após negociações com a Grã-Bretanha e Portugal, conseguiu integrar na sua região Hong-Kong e Macau, passando então a ser regiões administrativas com alguma autonomia, o que foi favorável para a manutenção do sistema político e económico. Desta forma, Hong-Kong é caracterizado por atrair capitais e Macau é caracterizado por atrair o turismo.

Mutações sociopolíticas e novo modelo económico

O debate do Estado-Nação

No século XX, o **Estado-Nação** torna-se o principal elemento estruturador da ordem internacional, em que cada nação estruturada politicamente corresponde a um Estado. Neste contexto, o Estado-Nação caracteriza-se por **centralizar o poder e a soberania**, por possuir novas **estruturas administrativas**, por se preocupar pela diplomacia internacional, verificando-se ainda o **princípio das nacionalidades** e a **autodeterminação das nações**. No entanto, o Estado-Nação proporciona aspetos negativos que põem em causa a sua manutenção, como por exemplo, os **conflitos étnicos**, os **nacionalismos separatistas** e a **globalização associada às questões transnacionais** tornam difícil para o Estado impor o seu poder.

A explosão das realidades étnicas

No século XX, as diversas identidades que o mundo engloba agitam-se, intensificando assim as **diferenças étnicas** e os **ataques terroristas organizados**. Esta agitação deve-se a questões étnicas, separatistas e também a questões nacionalistas. As questões étnicas verificaram-se em grande escala na Índia entre o hindu e a sikh e no Sri Lanka entre os tamil e os budistas. As questões separatistas verificaram-se em grande escala em Espanha entre os bascos e catalães. Por fim, as questões nacionalistas verificaram-se em grande escala com o tcechenos que se opõem à soberania da Rússia. Na maior parte dos casos, os confrontos têm como incentivo a pobreza e a marginalidade vividas, o que muitas vezes resulta em números elevados de mortos causados por ataques terroristas que o Estado não consegue prever ou travar.

As questões transnacionais: migrações, segurança e ambiente

Na sociedade atual, o mundo é afetado por questões transnacionais, nomeadamente as migrações, o ambiente e a segurança, sendo então indispensável resolvê-las de forma a não continuarem a ter um impacto negativo nas sociedades.

Relativamente às **migrações**, estas foram **aumentando cada vez mais**, em grande parte devido a motivos económicos e políticos. A nível económico, as pessoas procuram sempre alternativas para as **condições em que vivem**, de forma a melhorá-las, recorrendo assim à migração para fugir à miséria, nomeadamente para países mais ricos. A nível político, as pessoas procuram **alternativas para o ambiente de guerra, de instabilidade política ou de catástrofe natural** que predomina na região em que vivem, uma vez que não é proporcionada segurança, sendo assim necessário refugiarem-se em países que proporcionem segurança aos seus habitantes. Outra característica dos migrantes é que a maioria é do sexo feminino e são pessoas com formação profissional elevada. As migrações trazem também problemas para os países de acolhimento, nomeadamente **conflitos étnicos**, problemas **demográficos** por passar a haver população em excesso e problemas **económicos** por não haver capacidade de integrar os migrantes em postos de trabalho o que aumentará o desemprego, podendo assim a migração obter respostas negativas por parte da população original, como os casos de **discriminação**, xenofobia, hostilidade ou racismo.

Relativamente ao **ambiente**, este tem vindo a ser destruído ao longo dos anos e a situação tem **vindo a piorar cada vez mais**, estando então o planeta cada vez mais degradado. Essa degradação deve-se, em grande parte, ao **crescimento demográfico**, ao **desenvolvimento económico**, à constante **exploração dos recursos naturais** e ao **progresso industrial e tecnológico**. Assim, todos esses fatores resultaram na destruição de florestas, na extinção de espécies animais, na poluição da terra, do mar e do ar, na escassez dos recursos naturais, no empobrecimento do solo, no aquecimento global e na destruição de habitats e da camada de ozono. Neste contexto, é indispensável que se tomem medidas para travar a exploração do Homem, situação defendida por ambientalistas que procuram

assim chamar a atenção para as consequências provocadas no planeta que irão afetar toda a sociedade. Neste âmbito, realizou-se em 1992 a Cimeira da Terra, onde se acordou um conjunto de propostas, designadas de “desenvolvimento sustentável” para se gerirem os recursos naturais, de forma a resguardar a qualidade de vida das gerações futuras.

Por fim, relativamente à segurança, pelo mundo são cada vez mais os casos de terrorismo, dominando então um clima de insegurança nas sociedades, que não têm forma de combater eficazmente os ataques, como foi o caso do atentado a 11 de setembro de 2001. Neste contexto, é muito difícil para os Estados combaterem as redes de terrorismo internacional, uma vez que com o progresso tecnológico e científico são utilizadas técnicas cada vez mais desenvolvidas, em que diferentes grupos se ajudam mutuamente. Para além disso, com a liberdade proporcionada, há mais facilidade em abalar a segurança mundial, uma vez que existem números elevados de criminalidade, nomeadamente em compras de armas ilegais, tanto nucleares como químicas, que são adquiridas pelos grupos terroristas.

Afirmação do neoliberalismo e globalização da economia

O Estado-Providência, devido aos choques petrolíferos, ao crescimento da inflação e ao aumento do desemprego, entra em crise e dá lugar ao neoliberalismo, que tem como objetivos a redução da inflação e o equilíbrio orçamental. O neoliberalismo teve origem nos EUA e na Grã-Bretanha e, para cumprir os seus objetivos, defende a valorização da livre concorrência e da livre iniciativa, a diminuição da intervenção do Estado, os cortes em despesas de ajuda social, o controlo dos salários, o investimento científico e tecnológico e a privatização de setores. Entrando-se assim na globalização da economia, assente nas inovações da área das TIC, pois permite mobilização. A globalização da economia permite assim a liberalização das trocas comerciais, em que os níveis de comércio internacional aumentam e é criada a Organização Mundial do Comércio, permite também o aumento do movimento de capitais, proporcionado pelas bolsas de valores, e, por fim, as empresas sofrem uma reestruturação, em que são adotadas novas estratégias, de forma a garantir a internacionalização das empresas constituídas por multinacionais ou por transnacionais, que passam a proporcionar produtos em qualquer parte do mundo. Contudo, nem tudo o que a globalização proporcionou foi positivo. Neste contexto, a deslocalização de empresas para outros países teve como consequência imediata o aumento do número de desempregados, as desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento ficaram mais acentuadas e degradação do ambiente tornou-se mais intensiva.

Portugal no novo quadro internacional

A integração europeia e as suas implicações

Em 1986 Portugal integra-se na Comunidade Económica Europeia com o objetivo de se integrar num mercado em desenvolvimento e de beneficiar de programas de modernização que a comunidade proporcionava aos seus membros. Depois, em 1993, Portugal integra-se na União Europeia. A integração de Portugal provocou modificações no país, tanto a nível económico, político, social e de infraestruturas.

Economicamente, o país tinha dificuldades, estando então menos desenvolvido e, para se desenvolver a economia portuguesa, a CEE financiou programas de apoio económico e financeiro a Portugal, nomeadamente o PEDIP, que investia na indústria, o PEDAP, que investia na agricultura e o PRODEP, que investia na educação. O resultado foi positivo, uma vez que a economia portuguesa se desenvolveu, verificando-se então a diminuição da dívida externa e da inflação, para além do investimento estrangeiro, das exportações e das regalias sociais terem aumentado.

Politicamente, são **consolidadas as instituições democráticas**, uma vez que deixa de haver ameaças revolucionárias e se verifica liberdade total, compromissos entre políticos que fortaleciam a democracia e **internacionalmente destacam-se identidades portuguesas**, como Durão Barroso, que é convidado para o cargo de Presidente da Comissão Europeia.

Socialmente, a **vida da população torna-se melhor**, uma vez que há a **criação de novos postos de trabalho**, o Estado dá regalias sociais e os **salários são melhores**, o que culmina **no aumento do consumo**, devido ao poder de compra dos portugueses que vai aumentando.

Por fim, relativamente às **infraestruturas**, verificou-se igualmente a **modernização** das mesmas, nomeadamente, com a modernização dos sistemas de abastecimento de água, de eletricidade e de gás, nas autoestradas e nas telecomunicações.

Contudo, na entrada do terceiro milénio, Portugal começa a evidenciar **dificuldades**, uma vez que a **concorrência** não permite ao país destacar-se, o **desemprego aumenta**, as empresas nacionais têm dificuldade em manter-se e verificam-se assimetrias relativamente à distribuição da população pelo país. Para além disso, o país depende **da importação de energias**, deixa de haver **tanto investimento**, torna-se difícil controlar a **imigração ilegal**, o **nível de escolaridade continua baixo** e verificam-se números elevados de **população envelhecida**.

As relações com os países lusófonos e com a área ibero-americana

Portugal, para além de manter relações com os **Países da CEE**, mantém igualmente relações com os **países lusófonos**, isto é, países que partilham a língua portuguesa, como o **Brasil** e os países africanos de língua oficial portuguesa, os **PALOP**. O Brasil tem uma importância económica elevada e, devido a essa importância, Portugal realiza trocas comerciais que trazem benefícios e verifica-se igualmente fluxos migratórios que proporcionam a troca de produtos culturais. Os PALOP têm uma economia pouco ou nada desenvolvida, sendo então imprescindível a ajuda de Portugal, que beneficiaria do desenvolvimento destes países, como forma de internacionalizar setores económicos e aproximá-los da União Europeia. Neste contexto são assinados protocolos de cooperação e ajudas a nível económico, de educação, de saúde e de desenvolvimento de infraestruturas. Desta forma, Portugal, juntamente com o Brasil e os PALOP, fundou a **CPLP, Comunidade de Países de língua Portuguesa**, que consiste na cooperação económica, política, jurídica e cultura. Para além disso, Portugal é membro da **Comunidade ibero-americana**, onde beneficia de trocas a nível económico, cultural, científico e educacional e também da internacionalização da economia portuguesa.